

INVENTÁRIO PATRIMONIAL E PRODUÇÃO DA MEMÓRIA URBANA:

A construção seletiva do que é lembrado e do que é
esquecido

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

SAMPAIO, Lara Ropelato

Graduanda em arquitetura e urbanismo; Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá - PR, Brasil
ra134996@uem.br

AMARÃES, Thaís Kawamoto

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá - PR, Brasil
pg56128@uem.br

SILVA, Ricardo Dias

Doutor; Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU); Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá - PR, Brasil
rdsilva@uem.br

1 INTRODUÇÃO

O inventário patrimonial constitui um dos principais instrumentos de reconhecimento, registro e valorização dos bens culturais no contexto das políticas públicas e da produção acadêmica. Tradicionalmente compreendido como um procedimento técnico voltado à identificação e catalogação de bens, o inventário tem sido frequentemente associado a uma prática objetiva e neutra. No entanto, essa perspectiva tem sido questionada por abordagens que entendem o patrimônio como uma construção social, simbólica e histórica (Gonçalves, 2009).

No campo do patrimônio cultural, observa-se uma ampliação significativa do conceito de bem patrimonial ao longo das últimas décadas, incorporando não apenas monumentos e edificações de caráter excepcional, mas também expressões do cotidiano, saberes tradicionais e formas de habitar. Nesse contexto, a arquitetura vernacular, incluindo a produzida em madeira no norte do

PENSAR FORA DO EIXO

Paraná, passa a ser reconhecida como parte constitutiva da memória coletiva e da paisagem cultural regional (Hoffman, 2015; Bononi, 2018).

A presente pesquisa insere-se nesse debate ao abordar o inventário patrimonial como instrumento central na produção e sistematização de informações sobre bens culturais. Vinculada ao projeto de iniciação científica “Contribuição para o inventário da arquitetura religiosa popular em madeira no Paraná”, a investigação integra o projeto “Patrimônio Edificado em Madeira no Paraná” coordenado por Silva (2023), tendo como objetivo colaborar com o levantamento, registro e análise de edificações religiosas em madeira no eixo Londrina-Maringá, contribuindo para a documentação e valorização desse patrimônio.

As capelas e igrejas construídas em madeira desempenharam papel fundamental no processo de ocupação do território paranaense, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Mais do que espaços religiosos, essas edificações configuraram-se como locais de encontro, sociabilidade e organização comunitária, participando ativamente da formação das identidades locais e da memória urbana. Apesar disso, grande parte desse patrimônio permanece pouco documentada e, em muitos casos, ausente dos instrumentos oficiais de reconhecimento e preservação.

Essa lacuna evidencia a necessidade de problematizar o inventário não apenas como ferramenta técnica, mas como prática social e política. Ao selecionar, registrar e organizar determinados bens, o inventário participa da construção de narrativas sobre a cidade, definindo o que será lembrado e o que tende a ser esquecido (Meneses, 2006). Nesse sentido, o processo de inventariação está diretamente relacionado às disputas por memória, representação e reconhecimento.

A partir dessas reflexões, este trabalho busca responder à seguinte questão: como o inventário patrimonial participa da construção seletiva da memória urbana, definindo o que é lembrado e o que é esquecido? Para tanto, articula-se uma discussão teórica sobre patrimônio e memória com a análise empírica do processo de inventariação da arquitetura religiosa em madeira, tomando como referência o conjunto da Capela São Bonifácio e da Residência do Padre Emílio Scherer, bem como o desenvolvimento de fichas de inventário no âmbito da pesquisa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma metodologia que segue uma abordagem interpretativa histórica com argumentação lógica apoiada em coleta de dados primários e secundários. O trabalho é dividido em três etapas.

A primeira etapa corresponde à atualização bibliográfica e teórica sobre patrimônio cultural, com base em pesquisas anteriores realizadas pelo Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos (LAPHA), como Hoffmann (2015), Bononi (2018), Silva; Azuma; Gonçalves (2025), além de trabalhos que discutem o caráter não neutro do patrimônio e os processos de patrimonialização. Essa fase permitiu construir o referencial conceitual necessário para compreender o inventário como prática cultural e política.

A segunda etapa refere-se ao desenvolvimento prático do inventário no âmbito do projeto PIBIC. Centrada na coleta de dados primários por meio de levantamentos *in loco* de edificações selecionadas. Essa etapa inclui o registro fotográfico, observação direta das características arquitetônicas, levantamento de informações históricas junto a fontes documentais e a participação em atividades de campo desenvolvidas pelo grupo de pesquisa. Como parte fundamental da metodologia, realiza-se o levantamento fotogramétrico da Capela São Bonifácio, com uso de drone para captura de imagens aéreas e terrestres.

A terceira etapa consiste na produção de desenhos arquitetônicos com auxílio de softwares de representação em 2D e 3D. As imagens obtidas são processadas no software *Agisoft Metashape*, que permite a geração de modelos tridimensionais a partir da técnica de *Dense Stereo Matching* (DSM), amplamente utilizada em levantamentos digitais aplicados ao patrimônio (Silva; Azuma; Gonçalves, 2025). Esse processo envolve o alinhamento das imagens, a construção de nuvem de pontos densa, a geração de malha tridimensional e a aplicação de texturas, resultando em modelos digitais que representam com precisão a geometria e a materialidade das edificações.

Paralelamente, os dados coletados são sistematizados em fichas de inventário, elaboradas a partir de modelos adotados em pesquisas anteriores e adaptadas às especificidades da arquitetura religiosa em madeira. Essas fichas reúnem informações sobre identificação, localização, histórico, características arquitetônicas, materiais, estado de conservação e transformações ao longo do tempo.

Dessa forma, o inventário é compreendido não apenas como registro, mas como processo interpretativo, no qual a coleta, organização e apresentação dos dados implicam escolhas que influenciam a leitura e a valorização do patrimônio.

3 RESULTADOS

3.1 Inventário, memória e representação

Os resultados parciais da pesquisa evidenciam que o inventário patrimonial, mais do que um instrumento técnico de registro, atua como mediador na construção da memória urbana. A partir das atividades desenvolvidas, especialmente o levantamento *in loco* da Capela São Bonifácio, a capacitação em fotogrametria e a sistematização de dados, foi possível compreender que o processo de inventariar envolve escolhas que influenciam diretamente a forma como os bens são percebidos e valorizados.

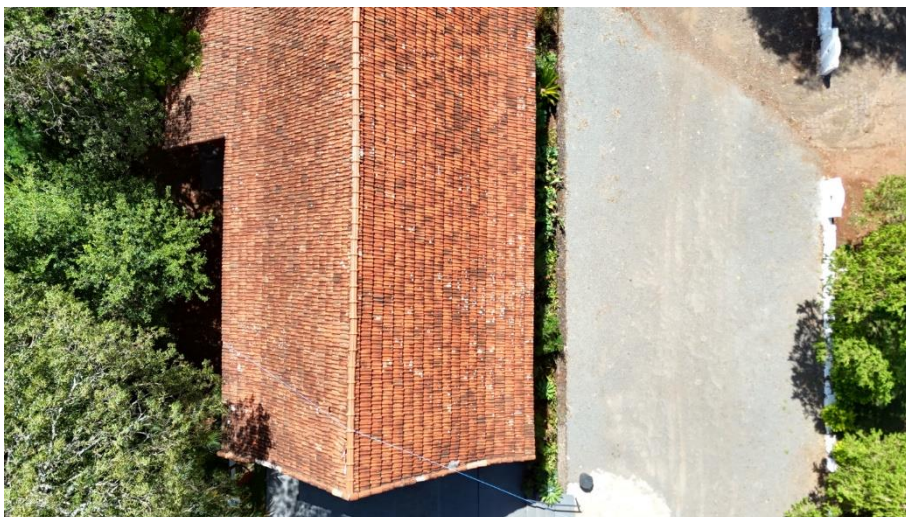
Figura 1. Fachada principal da Capela São Bonifácio



Fonte: Acervo LAPHA, 2026.

Figura 2. Vista aérea da Capela São Bonifácio

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Acervo LAPHA, 2026.

Figura 3. Vista lateral direita da edificação



Fonte: Acervo LAPHA, 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4. Vista lateral esquerda da edificação



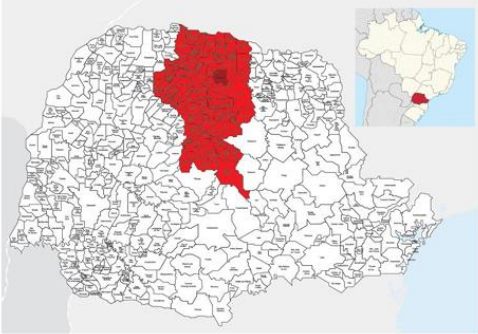
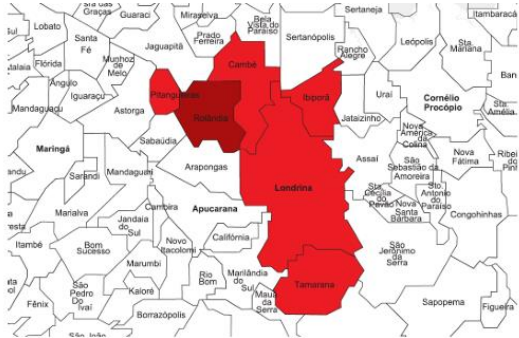
Fonte: Acervo LAPHA, 2026.

O contato direto com as edificações permitiu identificar que a arquitetura religiosa em madeira não se limita à sua materialidade, mas incorpora valores simbólicos, sociais e históricos vinculados à formação das comunidades locais. Nesse sentido, o inventário não apenas registra características físicas, mas organiza e traduz esses valores em linguagem técnica, tornando-os legíveis no campo institucional.

A elaboração da ficha de inventário da Capela São Pedro, em Rolândia, ainda em andamento, exemplifica esse processo. Ao reunir informações sobre identificação, localização, características construtivas, estado de conservação, histórico e transformações da edificação, a ficha constrói uma narrativa estruturada sobre o bem. Elementos como a origem da capela, ligada à doação de terras e ao esforço comunitário, e as sucessivas alterações construtivas ao longo do tempo evidenciam como o edifício se insere na memória local.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 5. Primeira página da ficha de inventário da Capela de São Pedro

FICHA DE INVENTÁRIO – EDIFÍCIOS RELIGIOSOS EM MADEIRA	
IDENTIFICAÇÃO	
IMAGEM 	NOME OFICIAL: Capela São Pedro
	NOME POPULAR: Capela do Deizinho
	RELIGIÃO: Católica Apostólica Romana
RECORTE TEMÁTICO: Edifícios religiosos em madeira no eixo Londrina à Maringá (PR), do período entre as décadas de 1930 a 1970.	
U.F.: Paraná	MUNICÍPIO: Rolândia
MESORREGIÃO 	
MICRORREGIÃO 	

Fonte: Acervo LAPHA, 2026.

Além disso, a própria organização das informações na ficha, como a definição de categorias, descrições e recortes temporais, demonstra que o inventário não é um espelho da realidade, mas uma forma de interpretação (Cauquelin, 2008). Ao selecionar quais aspectos serão registrados e como serão apresentados, o inventário contribui para a construção de uma determinada leitura do patrimônio.

PENSAR FORA DO EIXO

Dessa forma, os resultados da pesquisa reforçam que o inventário atua como instrumento de representação da cidade, ao sistematizar e legitimar certos bens como portadores de valor cultural (Gonçalves, 2009). No caso das capelas em madeira, esse processo é particularmente relevante, pois muitas dessas edificações ainda não possuem reconhecimento institucional consolidado, sendo o inventário um primeiro passo para sua visibilização.

3.2 O inventário como prática seletiva

Os dados levantados ao longo da pesquisa evidenciam o caráter seletivo do inventário patrimonial. A própria necessidade de desenvolvimento de novas fichas e levantamentos demonstra que há um número significativo de edificações ainda não documentadas, o que revela lacunas nos processos de reconhecimento e preservação.

Durante as atividades de campo e análise documental, observou-se que muitas capelas em madeira, apesar de sua relevância histórica e simbólica, permanecem fora dos instrumentos oficiais de proteção. Esse cenário contribui para a sua vulnerabilidade e para o risco de desaparecimento, implicando também a perda das memórias associadas a esses espaços.

Nesse contexto, a Capela São Pedro constitui um exemplo representativo dessa dinâmica. Apesar de apresentar características típicas da arquitetura vernacular da região, como o uso de madeira em sistema de tábua e mata-junta, planta simples e forte vínculo com a comunidade, a edificação ainda não possui proteção legal formal. Ainda assim, sua história revela um papel significativo na organização social e religiosa da comunidade, funcionando como espaço de encontro e sociabilidade desde sua construção na década de 1950.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se às transformações sofridas pelas edificações ao longo do tempo. No caso da Capela São Pedro, as alterações na volumetria, como a remoção e modificação das torres sineiras, evidenciam adaptações às necessidades da comunidade e às condições materiais disponíveis. No entanto, essas mudanças podem, em alguns casos, ser interpretadas negativamente por critérios patrimoniais mais tradicionais, contribuindo para a desvalorização desses bens.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 6. Capela São Pedro na década de 1990.



Fonte: Popolin, 2022.

Figura 6. Fachada da Capela São Pedro em 2025



Fonte: Acervo LAPHA, 2025.

Nesse contexto, destaca-se a importância do inventário como instrumento de registro detalhado e sistemático. O levantamento fiel das características arquitetônicas, da materialidade, das técnicas construtivas e do histórico das edificações constitui uma base fundamental para sua preservação.

PENSAR FORA DO EIXO

Esse registro não apenas documenta o estado atual dos bens, mas também possibilita, caso necessário, intervenções futuras mais precisas, como ações de restauração, revitalização ou até reconstrução, respeitando suas características originais.

Sem esse tipo de documentação, eventuais perdas, seja por abandono, degradação ou substituição, tornam-se irreversíveis, comprometendo não apenas a integridade física das edificações, mas também a memória a elas associada. A ausência de registros dificulta a recuperação dos bens e contribui para seu desaparecimento definitivo, levando ao apagamento de parte da história urbana.

Assim, o inventário desempenha papel essencial, ao garantir que informações fundamentais sobre os bens culturais sejam preservadas, mesmo diante de possíveis transformações ou perdas materiais. Nesse sentido, atua como instrumento de salvaguarda da memória, impedindo que esses patrimônios sejam completamente esquecidos.

Apesar disso, os critérios de seleção presentes nos processos de inventariação tendem a privilegiar determinadas características, como integridade formal, monumentalidade ou autenticidade, em detrimento de outras, como uso contínuo, transformações e vínculos comunitários. Como resultado, produzem-se hierarquias que impactam diretamente a visibilidade dos bens no campo do patrimônio (Gonçalves, 2009).

Dessa forma, o inventário se revela um instrumento ambivalente: ao mesmo tempo em que permite registrar e valorizar bens pouco reconhecidos, também evidencia que aquilo que não é inventariado, ou que é registrado de forma parcial, tende a permanecer invisível. Assim, contribui para a construção de uma memória urbana seletiva, marcada por inclusões e exclusões (Meneses, 2006).

Os resultados da pesquisa apontam, portanto, para a necessidade de compreender o inventário como prática crítica, capaz de incorporar a diversidade das experiências urbanas e reconhecer não apenas os valores formais dos bens, mas também seus significados sociais, culturais e afetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que o inventário patrimonial não constitui um instrumento neutro (Gonçalves, 2009), mas uma prática social, e política que participa ativamente da construção da memória urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

Ao selecionar, registrar e sistematizar determinados bens, o inventário contribui para a produção de narrativas sobre a cidade, definindo o que será reconhecido, preservado e transmitido às gerações futuras. Nesse processo, estabelece-se uma memória seletiva, marcada por hierarquias, inclusões e exclusões, que influenciam diretamente a visibilidade dos diferentes grupos, práticas e formas de habitar.

Os resultados da pesquisa, especialmente aqueles relacionados ao levantamento de campo, a fotogrametria, à elaboração de fichas de inventário e à análise de edificações, evidencia tanto as limitações quanto as potencialidades desse instrumento. Se, por um lado, muitos desses bens permanecem invisibilizados nos processos institucionais, por outro, o próprio ato de inventariar se apresenta como estratégia fundamental para sua valorização e reconhecimento.

Nesse sentido, o inventário se consolida como instrumento de salvaguarda, não apenas pelo registro dos bens, mas por sua capacidade de garantir a permanência de informações essenciais mesmo diante de transformações ou perdas materiais.

A ausência desse tipo de documentação, por outro lado, compromete irreversivelmente a preservação desses patrimônios. Sem registros adequados, eventuais perdas materiais decorrentes de abandono, transformações ou destruição, resultam no desaparecimento definitivo desses bens, dificultando qualquer tentativa de recuperação e contribuindo para o apagamento das memórias a eles associadas. Nesse cenário, o inventário atua como um mecanismo de resistência ao esquecimento, assegurando que, mesmo diante da perda física, as informações e significados desses patrimônios permaneçam acessíveis.

Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de abordagens mais críticas e inclusivas nos processos de inventariação, capazes de reconhecer a diversidade dos bens culturais e de incorporar múltiplas narrativas na construção da memória urbana. Mais do que um procedimento técnico, o inventário deve ser compreendido como um campo de reflexão e ação, no qual se disputam narrativas, valores e formas de representação do passado.

Reconhecer essa dimensão é fundamental para a construção de políticas patrimoniais mais democráticas e para a preservação de uma memória urbana mais plural, na qual diferentes histórias, inclusive aquelas associadas à arquitetura do cotidiano, possam ser registradas, valorizadas e transmitidas às gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

PENSAR FORA DO EIXO

Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro, por meio da Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 e ao LAPHA/UEM pelo apoio técnico e institucional.

REFERÊNCIAS

BONONI, Wanda Terezinha. **Memória e Preservação: Capela Imaculada Conceição de Cruzeiro do Oeste – PR**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CAUQUELIN, Anne. Paisagem, retórica e patrimônio. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S. l.], 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3227>. Acesso em: jul. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: _____. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

HOFFMANN, Alessandra Corsato. **Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá – PR**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas**. São Paulo: IPHAN, 2006.

POPOLIN, Cássia M. **Fotografia e história**. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100063490763370>. Acesso em: abr. 2026.

SILVA, Ricardo Dias (coord.). **Patrimônio Edificado em Madeira no Paraná**. Projeto de pesquisa submetido à Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 – Faixa A – Grupos Emergentes. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2023.

SILVA, Ricardo Dias; AZUMA, Maurício Hidemi; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Emprego de métodos tradicionais e tecnologias digitais para salvaguarda e apoio à reabilitação da casa sede do Museu da Bacia do Paraná. In: **12º Seminário Projetar**, 2025, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPeI, 2025.